



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

DESPACHO

Cuida-se de proposta de atualização do Parecer Referencial DMP n. 015, adotado na análise de pedidos de baixa por desaparecimento de bem(ns) de caráter permanente pertencente(s) ao acervo patrimonial deste Poder Judiciário, nos termos da Resolução GP n. 38, de 28 de maio de 2024, do Gabinete da Presidência, com indicação de eventual apuração de responsabilidade, nos termos da [Resolução GP n. 38 de 28 de maio de 2024](#).

O documento foi elaborado pela Assessoria Técnico-Jurídica desta Diretoria de Material e Patrimônio e assinado pelos Assessores.

A justificativa para a manutenção do parecer referencial e os requisitos legais a serem preenchidos constam dos itens 1 e 2 do doc. 10460129. O conteúdo material do parecer é idêntico ao do Parecer Referencial DMP n. 015, aprovado pela decisão inserta no doc. 8344635.

A presente atualização — identificada como Parecer Referencial DMP n. 015.001 — tem por finalidade exclusiva a prorrogação do prazo de vigência, não havendo demais alterações, conforme item 3 do mesmo documento.

1. juntada da relação de bens não localizados com indicação do valor indenizatório preliminar;

1.1. caso o Relatório de Baixa não indique o valor depreciado do bem (valor indenizável preliminar), a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis deverá realizar o cálculo do valor indenizável;

2. notificação do gestor patrimonial para apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

3. a Divisão de Patrimônio poderá realizar diligências destinadas à elucidação dos fatos, concedendo novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação;

4. informação da Divisão de Patrimônio contendo resumo da instrução processual e as informações relevantes para a apuração de responsabilidade;

5. decisão do Diretor de Material e Patrimônio acolhendo a subsunção do caso concreto ao Parecer Referencial DMP n. 015.001;

6. caso o gestor patrimonial seja servidor, os autos deverão ser submetidos ao Diretor-Geral Administrativo para autorização da baixa por desaparecimento do(s) bem(ns) de caráter permanente e para análise e decisão a respeito da responsabilização do gestor patrimonial;

6.1. caso o gestor patrimonial seja magistrado, os autos deverão ser submetidos ao Diretor-Geral Administrativo, para autorização da baixa por desaparecimento do(s) bem(ns) de caráter permanente e, à Coordenadoria dos Magistrados, para análise e decisão a respeito da responsabilização do gestor patrimonial;

7. na hipótese de haver responsabilização, os autos deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis para realização do cálculo do valor indenizável definitivo, caso ainda não realizado, e posterior notificação do gestor patrimonial acerca da decisão e do desconto em sua folha de pagamento do valor devido.

O processo de baixa por desaparecimento e apuração de responsabilidade deverá seguir os seguintes passos, nos termos do parecer referencial: A Lista de Verificação, requisito essencial à aprovação do Parecer Referencial DMP n. 015.001, consta do doc. 10460496.

A situação jurídica analisada mantém a subsunção a uma hipótese de aplicação do parecer referencial autorizada pela Resolução GP n. 36, de 29 de agosto de 2019.

Assim, **APROVO a implementação do Parecer Referencial DMP n. 015.001** e indico que terá validade a partir da presente data até **1º DE ABRIL DE 2028**, devendo ser revisto, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Resolução GP n. 36/2019, em caso de alteração da legislação, ou em consequência de decisão administrativa ou judicial ou de ofício do precedente administrativo ou jurisprudencial que embasou a manifestação.

Indico, por fim, que a utilização do parecer referencial nos casos idênticos ao paradigma pressupõe que a Divisão de Patrimônio instrua os processos com:

I - cópia integral do parecer referencial e do despacho de aprovação do Diretor de Material e Patrimônio;

II - lista de verificação devidamente preenchida; e

III - declaração de quem instruiu o processo de que o caso se amolda fática e juridicamente ao paradigma e que foram seguidas as orientações contidas neste.

Solicito seja disponibilizado no Portal do PJSC link de acesso ao Parecer Referencial DMP n. 015.001, à Lista de Verificação e a esta decisão de aprovação, a qual fixa seu prazo de vigência.

Remeto os autos ao Senhor Diretor-Geral Administrativo, para ciência, nos termos do art. 4º da Resolução GP n. 36/2019.

Remeto à Divisão de Patrimônio, também, para ciência.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona**, **Diretor**, em 18/03/2026, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10473612** e o código CRC **9D1B4F18**.